



# VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação

13, 14 e 15  
junho de 2022

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 1 | Ano 2022

**Alexsandro do Nascimento  
Santos**

*Universidade Cidade de São  
Paulo*

emaildoautor@dominio

**Vanize Zambom  
Niederauer**

*Universidade Cidade de São  
Paulo*

emaildoautor@dominio

**Isa Daniele Mariano de  
Souza Sá**

*Universidade Cidade de São  
Paulo*

isadanielee@gmail.com

**AVALIANDO CAPACIDADES  
DOCENTES PARA O TRABALHO COM  
A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: A  
proposta de um instrumento**

**EVALUACIÓN DE LAS  
CAPACIDADES DEL PROFESORADO  
PARA TRABAJAR CON LA  
EDUCACIÓN ANTIRACISTA: La  
propuesta de un instrumento.**

**Eixo TEMÁTICO:  
Práticas  
interdisciplinares e  
diversidade na  
educação básica**



## RESUMO

Esta comunicação científica apresenta resultados de investigação conduzida em nível de mestrado, vinculada ao projeto Diferenças, Diversidades e Desigualdades na Escola. O objetivo central desta etapa da pesquisa é a construção de instrumento destinado à coleta de dados, análise e mensuração das crenças e valores, do grau de conhecimento e adesão e da crença de autoeficácia de professores para o combate ao racismo e para o trabalho com educação das relações raciais na Escola, à luz das determinações estabelecidas nas normas brasileiras sobre a questão (Lei 10.639/03, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Trata-se de investigação com abordagem metodológica híbrida (quantitativa e qualitativa). Para a construção do instrumento, procedeu-se a revisão sistemática de literatura sobre o tema, a construção de categorias analíticas vinculadas aos elementos que se buscava mensurar e a elaboração de blocos de questões que passariam a compor um questionário a ser respondido pelos professores. O instrumento foi submetido a pré-teste e validação estatística no segundo semestre de 2021. Após esse momento, uma versão final foi consolidada e tornou-se apta a ser utilizada em campo. A primeira coleta de dados foi realizada na rede pública municipal localizada na região metropolitana de São Paulo e sua análise está em curso.

**Palavras-chave:** Educação Antirracista. Lei 10.639/03. Implementação de Políticas Públicas. Crenças, Valores e Grau de Conhecimento. Instrumento de Medida.

## RESUMEN

Esta comunicación científica presenta resultados parciales de la investigación realizada a nivel de máster, vinculada al proyecto Diferencias, Diversidades y Desigualdades en la Escuela. El objetivo principal de esta etapa de la investigación es la construcción de un instrumento para la recogida de datos, el análisis y la medición de las creencias y valores, el grado de conocimiento y adhesión y la creencia de autoeficacia de los profesores para combatir el racismo y trabajar con la educación de las relaciones étnico-raciales en la escuela, a la luz de las determinaciones establecidas en las normas brasileñas sobre el tema (Ley 10. 639/03, Directrices Curriculares Nacionales para la Educación de las Relaciones Étnico-Raciales y para la Enseñanza de la Historia y la Cultura Africana y Afrobrasileña, Plan Nacional de Implementación de las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación de las Relaciones Étnico-Raciales. Se trata de una investigación con un enfoque metodológico híbrido (cuantitativo y cualitativo). Para la construcción del instrumento se realizó una revisión sistemática de la literatura sobre el tema, la construcción de categorías analíticas vinculadas a los elementos que se buscaban medir y la elaboración de bloques de preguntas que compondrían un cuestionario para ser respondido por los profesores. El instrumento se sometió a una prueba previa e validación estadística en el segundo semestre de 2021. Después de este momento, se consolidó una versión final que se hizo adecuada para ser utilizada en el campo. La primera recogida de datos se realizó en la red pública municipal situada en la región metropolitana de São Paulo y su análisis está en curso. (1.754)



**Palabras clave:** Educación antirracista. Ley 10.639/03. Aplicación de las políticas públicas. Creencias, valores y nivel de conocimiento. Instrumento de medición.

## 1. INTRODUÇÃO

Em 2005, no esquadro de uma parceria firmada entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o governo federal lançou o livro *História da Educação do Negro e outras histórias*, organizado por Jeruse Romão. Com uma coletânea de artigos escritos por diferentes pesquisadores e ativistas dos movimentos sociais negros, o livro explicitava o processo de apagamento/epistemicídio que tornava invisíveis a agência política de luta pelo direito à educação e as experiências pedagógicas desenvolvidas por pessoas, coletivos e instituições organizadas e dirigidas por pessoas negras nas narrativas oficiais da história da educação brasileira.

De lá para cá, alguns avanços no campo da pesquisa histórica permitiram que parte desse apagamento fosse corrigido e que tomássemos conhecimento da intensa participação das pessoas negras na arena social da luta pela escola pública para todos, desde – pelo menos – o século XIX, quando a inda vigorava o regime de escravização dos povos africanos e de seus descendentes.

Tal perspectiva nos permite estabelecer um contínuo histórico de liderança pública, engajamento político e participação social dos movimentos sociais negros que conduziu o país a construir, no início do século XX, um conjunto de instrumentos normativos orientados para o combate ao racismo no sistema escolar brasileiro e para a (re)educação das relações étnico-raciais. Estamos falando de uma tríade, formada pela Lei Federal nº 10.639/03; pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (2004), propostas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (2009). A produção dos três documentos não seria possível sem o protagonismo dos movimentos sociais negros e sem uma agenda política, instalada a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, aberta à uma



revisão do pacto social brasileiro a partir do reconhecimento dos impactos profundos do racismo estrutural e institucional na produção das desigualdades educacionais. (NIEDERAUER, 2022; GUIMARÃES, 1995; DOMINGUES, 2007, entre outros).

Todavia, entre a conquista de instrumentos normativos, criados com a finalidade de reorientar as políticas educacionais, os projetos pedagógicos das escolas e as práticas dos professores em sala de aula, há um espaço-tempo que precisa ser preenchido. Afinal de contas, entre a formulação de uma política pública – e sua consolidação legal – e a sua implementação, existem decisões de diferentes tipos que precisam ser assumidas (realocação de recursos, convencimento e formação dos servidores públicos, rearranjo de tempos e espaços de trabalho, entre outros elementos). Como nos ensinam os estudos sobre implementação, é analisando esse espaço-tempo de decidir e agir que enxergamos, de fato, se uma política pública será ou não será colocada em ação. Se os desejos e os objetivos declarados na formulação alcançarão efetividade prática. (PRESSMAN e WIDALSKI, 1984; SABATIER, 1986; BARDACH, 1977)

Esta comunicação científica avalia um aspecto desse processo delicado chamado implementação: as capacidades docentes para a atuação pedagógica em perspectiva antirracista. Consideramos que as crenças e valores dos professores sobre o racismo, o grau de conhecimento deles sobre as orientações normativas e a crença de autoeficácia que alimentam sobre sua própria ação pedagógica nessa esfera são fatores determinantes para o sucesso dos processos de implementação da educação das relações étnico-raciais. (LIPSKY, 1980; WILSON, 1967; TUMMERS, 2017; LOTTA e PAVEZ, 2010). Deste modo, a construção de instrumentos capazes de reconhecer e mensurar esses aspectos se apresenta como uma contribuição importante para a agenda científica e política de enfrentamento ao racismo.

A pesquisa em curso assume uma abordagem quali-quantitativa, composta por uma fase de revisão de literatura e análise documental, uma fase de grupos focais e entrevistas com professores e gestores escolares sobre os elementos que condicionam suas crenças e valores, sua compreensão e sua disponibilidade de adesão às políticas públicas de combate ao racismo na escola e uma fase de elaboração e testagem do instrumento de coleta de dados.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**



## 2.1. Contrato de Dominação, Racismo Estrutural e Racismo Institucional

O racismo é uma tecnologia de poder e um instrumento de controle social que age a partir da racialização da dignidade humana. Através do sistema de hierarquização estabelecido pela ideologia do racismo, vantagens e desvantagens são distribuídas para os grupos sociais envolvidos. Importa sublinhar que o racismo está ancorado num tipo específico de contrato social de dominação em que se assumem como naturais as desigualdades entre brancos e não-brancos na divisão dos direitos de cidadania e na ocupação das posições de prestígio e hegemonia social, econômica, política e cultural. (MILLS, 2013)

Compreender o sistema ideológico racista exige que consideremos a produção social e histórica do constructo “raça” e seu manejo ao longo dos séculos XIX e XX no ocidente. O século XIX pode ser encarado como o momento no qual classificações raciais em evidência no Ocidente desde meados do século XVI alcançaram uma forma singular de expressão pseudocientífica – o racialismo – que organizou uma correspondência (pretensamente científica) entre: (1) os traços fenotípicos das diferentes populações e a recorrência de certos padrões cognitivos, morais e de comportamento e (2) os traços fenotípicos mais comuns numa dada população e um julgamento sobre seu status de evolução civilizatória e/ou cultural. (SANTOS, 2010; HANNAFORD, 1996; SCHWARCZ, 1993)

Precisamos assumir que o racialismo (e o sistema racista que ele ajudou a erigir) são um dos fundamentos da modernidade e parte de seu projeto de expansão colonial. Portanto, precisamos assumir, também, que a modernidade colonial valeu-se do sistema racista construído lentamente e acelerado no século XIX para organizar e manter privilégios da branquitude em diferentes escalas e dimensões da vida social. O binômio racialismo/racismo esteve no coração do processo de construção e afirmação das nações latino-americanas a partir dos seus processos de independência, desenvolvidos ao longo dos 1800. Com o Brasil, não foi diferente. Construímos uma nação independente (em 1822) que escolheu não eliminar o sistema escravocrata e, assim, sustentou um projeto excludente de país no qual as pessoas negras (africanos e seus descendentes) permaneceram com seu status social de mercadoria e não foram reconhecidos como iguais por seus compatriotas brancos.



A Abolição da Escravatura, em 1888 e a eclosão da República, em 1889 também não significaram esse reconhecimento. Se é verdade que, com a proibição legal de manter cativos os africanos e seus descendentes, o Brasil assumia, por primeira vez, que eles eram seres humanos, a ausência intencional de políticas públicas capazes de incluir essa população no projeto de nação (do ponto de vista econômico, social, cultural ou político) tornava explícito que o lugar social das pessoas negras no Brasil não poderia ser o mesmo lugar social destinado às pessoas não-negras no Brasil. (GONZALEZ e HASENBALG, 1982; GUIMARÃES, 2005; IANNI, 1978)

Tais mecanismos são expressões de duas dinâmicas permanentes da sociedade brasileira: o racismo estrutural e o racismo institucional. A noção de supremacia racial dos brancos é parte constitutiva do *ethos* do Brasil como nação e das nossas relações sociais. Concordamos com Nogueira (2013) que esse sistema ideológico desumanizou e colonizou a mente de brancos e negros e permitiu a produção de uma realidade social na qual a branquitude permanece significando poder e onde “a identidade racial branca é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para a reprodução do preconceito racial, da discriminação racial injusta e do racismo. (CARDOSO, 2011, p. 81) Sendo um sistema ideológico entrelaçado às dimensões política, econômica, social e cultural que constituem o espaço-tempo que chamamos de Brasil, podemos dizer, concordando com Almeida (2019) que o racismo é um traço estrutural e estruturante da sociedade brasileira. Essa sua característica faz com que ele seja presente e atuante no conjunto das instituições que criamos (a família, a igreja, o sistema político e partidário, o mercado de trabalho e, por que não dizer, o sistema educacional). A esse enviesamento incontornável das nossas instituições, nós damos o nome de racismo institucional. (BONILLA-SILVA, 1997; CARTER, 2000).

A presença e participação do racismo nas políticas educacionais, na organização pedagógica e de gestão de cada escola e nas práticas de ensino dos professores e professoras é tema frequente na pesquisa educacional. Dialogamos com essa tradição de estudos e pesquisas buscando contribuir com uma reflexão a respeito do papel das crenças, dos valores e do grau de conhecimento dos professores sobre o racismo e sobre os marcos normativos para a superação dos efeitos do racismo na Escola.



## **2.2. Professores como burocratas do nível de rua e sua agência na implementação de políticas educacionais de combate ao racismo**

A literatura de implementação de políticas públicas nos ensina que os burocratas do nível de rua (LIPSKY, 1980) que atuam diretamente na interação do estado com a população, interagindo na prestação dos serviços públicos são sujeitos importantes para garantir se uma determinada política pública será ou não posta em ação e para definir a sua efetividade. É que esses agentes dão forma ao ‘locus’ da realização da política pública (no nosso caso, a escola), tomando decisões sobre os tempos, os espaços, as regras de interação, os materiais, entre outras coisas. Fazem isso porque possuem certa dose de autonomia e discricionariedade que manejam a partir das limitações e possibilidades do contexto em que atuam.

Os mecanismos pelos quais os burocratas do nível de rua (no nosso caso, professores e professoras da educação básica) vão mobilizar para manejar sua autonomia e sua discricionariedade são impactados por fatores externos (infraestrutura física e pedagógica das escolas, tamanho das turmas, processos de controle e indução, etc.) e por fatores internos – sobretudo: suas crenças e valores a respeito da legitimidade e validade daquela política pública; seu grau de conhecimento sobre os princípios, os objetivos e as ações sob sua responsabilidade no esquadro daquela política pública e sua percepção a respeito da própria capacidade de realiza-las.

Compreendemos que a implementação de ações e políticas de combate ao racismo na escola e de (re)educação das relações étnico-raciais precisa ser compreendida como um processo complexo, no qual a atuação dos burocratas de nível de rua se dá de forma condicionada, em parte, a esse conjunto de três elementos. Por essa razão, empreendemos um processo de construção de um instrumento de coleta de dados com o objetivo de reconhecer e analisar como esses elementos se manifestam na ação cotidiana de professores e professoras.

## **3. RESULTADOS**

### **3.1. A construção do Instrumento**



O processo de construção das categorias analíticas que seriam mobilizadas no instrumento de coleta de dados levou em conta: (1) uma revisão sistemática de literatura sobre o tema, que envolveu a leitura e análise de 282 resumos e a análise pormenorizada de 64 teses e dissertações sobre o tema defendidas em Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela CAPES entre os anos de 2003 e 2020 e 132 artigos disponíveis na plataforma Scientific Electronic Library Online – SciELO entre 2015 e 2020.

As categorias organizadoras do instrumento são: (1) Crenças e Valores sobre o racismo e sobre seus impactos na Educação; (2) Grau de conhecimento sobre os instrumentos normativos da Educação das Relações Étnico-raciais e (3) Crença de Autoeficácia para o trabalho com a Educação das Relações Étnico-raciais.

A categoria Crenças e Valores sobre o racismo e sobre seus impactos na Educação abarca a coleta de dados sobre quais são as representações e as posições subjetivas dos professores a respeito da existência ou inexistência do racismo e de suas manifestações nas relações sociais no Brasil e sobre quais são as representações e as posições subjetivas dos mesmos profissionais sobre eventuais manifestações do racismo no ambiente escolar.

A categoria Grau de Conhecimento sobre os Instrumentos Normativos da Educação das Relações Étnico-raciais pretende mensurar o quanto os professores conhecem sobre a Lei 10.639/03, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e sobre o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais.

Por fim, a categoria Crença de Autoeficácia para o trabalho com a Educação das Relações Étnico-raciais abarca a mensuração de quanto os professores se sentem preparados e confiantes para o trabalho com essas temáticas na Escola. Vale sublinhar que o conceito de crença de autoeficácia está ancorado na Teoria Social Cognitiva de Bandura.

Com base nas categorias propostas, foram elaborados seis blocos de questões para compor o instrumento. As questões propostas são do tipo objetivas, organizadas de acordo com o padrão *escala likert* de concordância, com quatro pontos (discordo totalmente; discordo em parte; concordo em parte; concordo totalmente).

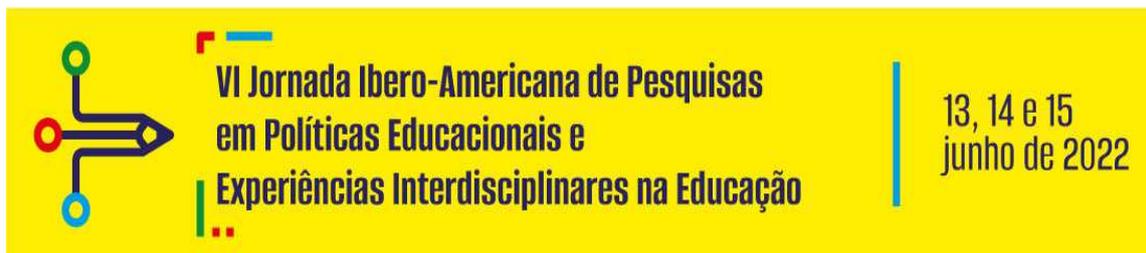


Tabela 1 – Composição do Instrumento de Coleta em versão preliminar

Bloco	Eixo Tematico	Questões
I	Percepção sobre a questão racial na sociedade brasileira	22
II	Percepção sobre existência e efeitos do racismo no sistema educacional	18
III	Experiência recente com as questões raciais nas escolas em que trabalhou	4
IV	Grau de conhecimento sobre os Instrumentos Normativos	12
V	Crença de Autoeficácia para o trabalho com as questões raciais	20
VI	Eficácia Coletiva da escola para o trabalho com as questões raciais	20

### 3.2. Pré-teste e validação do Instrumento

Em agosto de 2021, procedemos o pré-teste do instrumento. O pré-teste foi realizado com dois grupos distintos: a) profissionais que atuam em redes públicas de outros municípios, mas nos mesmos segmentos da educação básica que escolhemos para a aplicação do instrumento (anos iniciais do ensino fundamental) e b) lideranças dos movimentos sociais negros que atuam com formação de professores e pesquisa na área da educação das relações étnico-raciais. No total, 18 pessoas participaram do pré-teste.

Os profissionais que responderam ao pré-teste foram convidados a destacar elementos que consideravam pontos fortes do instrumento e fragilidades ou pontos a serem corrigidos. Nesse processo, foram localizadas três questões que mereceram ajustes para a versão final dos instrumentos: a) a correção de algumas terminologias próprias do aparato discursivo em torno do racismo e das crenças sobre o racismo; b) reagrupamento de questões nos blocos e c) extensão do questionário, que foi considerado longo pela maioria dos respondentes. Assim, a versão final do instrumento foi simplificada, unindo os blocos III e IV da versão inicial e diminuindo o número de questões no total.

Tabela 2 – Composição do Instrumento de Coleta em versão final

Bloco	Eixo Tematico	Questões
I	Percepção sobre a questão racial na sociedade brasileira	22



II	Percepção sobre existência e efeitos do racismo no sistema educacional	18
III	Experiência recente com as questões raciais nas escolas em que trabalhou e Grau de Conhecimento sobre os Instrumentos Normativos	10
IV	Crença de Autoeficácia para o trabalho com as questões raciais	16
V	Eficácia Coletiva da escola para o trabalho com as questões raciais	16

Uma vez finalizado o instrumento, sua primeira aplicação aconteceu numa rede pública municipal da grande São Paulo, localizada na região do Alto Tietê. A coleta de dados foi realizada a contento e as análises iniciais estão em curso.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ante todo o exposto é possível concluir que o racismo estrutural e institucional são entraves que impedem o desenvolvimento da sociedade brasileira, visto que eles expõem mais da metade da população a algum grau de vulnerabilidade. Para o enfrentamento deste sistema racializador é imprescindível promover a (re)educação das relações raciais, é essencial que aprendamos a humanizar e desierarquizar tais relações.

Diante de tamanho desafio faz-se necessário preparar os professores para a condução do trabalho pedagógico nesta área. Para esse preparo é essencial observar e compreender quais são as crenças e valores, grau de conhecimento e crença de autoeficácia que permeiam a mente dos educadores.

Tal estudo é essencial para a proposição de políticas públicas que sejam eficientes, eficazes e efetivas no sentido de aumentar a capacidade do professor para ministrar uma educação que verdadeiramente seja antirracista.

Julgamos que o investimento analítico que estamos operacionalizando contribui para que possamos dar este passo, isto porque esta comunicação científica tem se debruçado sobre as questões que de fato impedem a implementação de uma educação antirracista. Ao diagnosticar tais impedimentos será possível realizar proposições de políticas públicas que realmente alterem a estrutura vigente que tem permitido a perpetuação do racismo através da educação.



## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, S. L. *Racismo Estrutural*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARDACH, Eugene. *The implementation game: what happens after a bill becomes a law*. Cambridge: The MIT Press, 1977.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinking racism: toward a structural interpretation. *American Sociological Review*, 62 (3): 465-480, 1997
- CARDOSO, L. O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude. *Instrumento Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, Juiz de Fora, v.13, n.1, p. 81-93, jan./jun. 2011.
- CARTER, Bob. *Realism and racism: concepts of race in sociological research*. Londres/ Nova York, Routledge., 2000.
- DOMINGUES, P. J. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo (UFF)*, vol. 23, 2007.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- HANNAFORD, Ivan. *Race: The History of an Idea in the West*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1996.
- IANNI, O. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- JACCOUD, L.; BEGHIN, N. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.
- LIPSKY, M. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service*. 1st ed. New York: Russell Sage Foundation, 1980.
- LOTTA, G. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade In: FARIA, C. A. P. (org). *Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2012.
- LOTTA, G.; PAVEZ, T. Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, v. 15, n. 26, p. 109-125, 2010.
- NOGUEIRA, S. G. Ideologia da Supremacia Racial Branca: processos de colonização e descolonização. *Revista Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v.25, p. 23-32, 2013.
- PRESSMAN JL, WIDALSKI A. *Implementation*. Berkeley: University of California Press; 1984.
- SABATIER, Paul A. What can we learn from implementation research? In: KAUFMAN; MAJONE; OSTROM (Org.). *Guidance, control and evaluation in the public sector*. Berlin: De Gruyter, 1986, p. 313-325.
- SANTOS, A. N. *Pátria, nação, povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910)*. Dissertação (Mestrado em



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas  
em Políticas Educacionais e  
Experiências Interdisciplinares na Educação**

13, 14 e 15  
junho de 2022

Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHWARCZ, L. K. M. *Homem de Ciencia e a Raça dos Homens: cientistas, instituições e teorias raciais em finais do século XIX*. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

TUMMERS, L. The relationship between coping and job performance. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 27, n. 1, p. 150-162, 2017.

NIEDERAUER, V. Z. A implementação da Lei 10.639/03 na rede de ensino de Mogi das Cruzes: Crenças, conhecimento, compreensão e adesão de professores/as e gestores/as escolares. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade Cidade de São Paulo, 2022

---

Alexsandro do Nascimento Santos

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado Acadêmico) e do Programa de Mestrado Profissional em Formação de Gestores da Universidade Cidade de São Paulo e Diretor-Presidente da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. É doutor em Educação pela Universidade de São Paulo.

---

Vanize Zambom Niederauer

Mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo, Bacharela em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Gerente de Implementação de Projetos no Instituto Unibanco.

---

Isa Daniele Mariano de Souza Sá

Mestranda em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo, Bacharela em Direito pela Universidade de Taubaté e Especialista em Políticas Públicas e Municipalidade pela Universidade Cesumar. É Advogada e consultora de políticas públicas.